

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR(TIC) Nº 17/2024

Processo Administrativo nº 2024-222

Contratação de Empresa de Telecomunicação para a Prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores, para o fornecimento de link de acesso à internet via satélite banda larga, conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa”, para atender de forma continuada as demandas das unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com links redundantes, para gestão integral de suas ações por meio da Poder Judiciário do Estado do Acre, atendendo às necessidades das Comarcas, PIDJus e Projetos Itinerantes para todo o estado do Acre por um período de 12 (doze) meses.

Rio Branco/AC, setembro de 2024.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

Contratação de Empresa de Telecomunicação para a Prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores, para o fornecimento de link de acesso à internet via satélite banda larga, conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa”, para atender de forma continuada as demandas das unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com links redundantes, para gestão integral de suas ações por meio da Poder Judiciário do Estado do Acre, atendendo às necessidades das Comarcas, PIDs e Projetos Itinerantes para todo o estado do Acre por um período de 12 (doze) meses, conforme localidades informadas no DOD [H3132].

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A instalação de internet via satélite é crucial para possibilitar atendimento técnico remoto na área jurídica. Com a expansão da conectividade, será possível oferecer consultas, orientações e suporte técnico de forma eficiente e ágil, ampliando o acesso às localidades. O Sistema de Automação da Justiça (SAJ) é fundamental para a gestão processual e administrativa. Com o aumento da velocidade da internet via satélite, as unidades judiciárias nessas localidades terão a infraestrutura necessária para operar o SAJ de maneira eficaz, assegurando a continuidade dos serviços judiciários e evitando interrupções no andamento dos processos;
- Diversos sistemas judiciais, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e outros sistemas baseados na web, demandam uma conexão estável à internet. A instalação de internet via satélite garantirá o acesso confiável a essas plataformas, permitindo que os profissionais realizem suas atividades de forma eficiente, incluindo o Cartório Extrajudicial. A ausência de conectividade confiável pode paralisar as atividades judiciárias, prejudicando o atendimento à comunidade e comprometendo prazos legais. Essa conexão oferece uma solução robusta para assegurar a continuidade das operações, independentemente de obstáculos geográficos ou infraestrutura local;
- A extensão do serviço de internet satelital para unidades móveis em todo o estado do Acre é estratégica para garantir a mobilidade dos serviços judiciários. Isso permitirá que equipes itinerantes realizem suas funções de maneira eficiente, inclusive em regiões mais afastadas, contribuindo para a descentralização do acesso à justiça. A instalação de internet via satélite nessas localidades e a disponibilidade do serviço para unidades móveis são investimentos essenciais para modernizar o acesso à justiça no Acre, promovendo a eficiência operacional e assegurando a continuidade dos serviços judiciários em áreas remotas. A conectividade robusta é um pilar fundamental para garantir a igualdade de acesso à justiça em todo o estado;
- A instalação de internet via satélite no Tribunal de Justiça do Acre também permitirá a realização de audiências online, eliminando a necessidade de deslocamento dos juízes a localidades remotas. Isso é especialmente vantajoso para manter a eficiência do serviço judiciário em áreas de difícil acesso. Além disso, a conexão satelital fornece uma solução de redundância crucial para as comarcas, principalmente durante a época de queimadas, quando os links de fibra frequentemente ficam indisponíveis, garantindo assim a continuidade das atividades judiciais sem interrupções.

3. DESCRIÇÃO DE REQUISITOS

3.1. Requisitos Obrigacionais:

- Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- Aceitar o controle de qualidade realizado por laboratório oficial;
- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo TJAC;
- Entregar o serviço durante o expediente do TJAC;
- Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;
- Substituir, no prazo estipulado no Termo de Referência, a contar da data da notificação, os produtos/serviços entregues, caso se apresentem impróprios para consumo;
- Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante;
- Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado;
- Executar o objeto do contrato com rapidez e eficiência. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- O atraso na prestação de serviços pela CONTRATADA aplicar-se-á em multas e sanções administrativas previstas no contrato;

3.2. Requisitos quanto a ativação e prestação dos serviços:

- A ativação dos serviços se dará mediante conveniência deste TJAC, considerando necessidade, disponibilidade orçamentária/financeira;
- A ativação somente será realizada mediante ordem de serviço assinada por gestor/fiscal do contrato enviada à contratada, após a emissão de nota de empenho;
- A qualquer tempo o TJAC poderá remanejar os equipamentos para outras Unidades para atendimento ao interesse público;
- Deverá ser enviado ao contratante relatório de instalação, com registro fotográfico, testes de qualidade e desempenho, além de outras informações importantes para atesto da instalação;
- Deverá ser enviado ao contratante, mensalmente, relatório de utilização mensal dos links contratados;
- Deverá ser disponibilizado ao cliente, ferramenta ou por outro meio, monitoramento de disponibilidade dos links.

4. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

- Algumas localidades mencionadas no DOD [H3132] já possuem links satelitais em seus respectivos endereços, contudo, por meio de contratos diferentes, o que gera impasses em termos de gestão, fiscalização e acompanhamento de forma integrada.
- A tabela a seguir, demonstra as localidades, valores e período de vigência dos contratos atuais:

Localidade	Velocidade	Contrato	Período de Vigência	Valor Mensal	Valor Semestral/Anual
Comarca de Tarauacá - Jordão - AC e Escola Estadual Indígena Estirão do Caucho, Rio Muru, Aldeia Estirão do Caucho, Igarapé do Caucho, Tarauacá - ACRE	Download 30 Mbps - Upload 5 Mbps	fev/24	03/07/2024	R\$ 11.600,00	R\$ 69.600,00
Centro Integrado de Cidadania - Marechal Thaumaturgo e Porto Walter	Download 30 Mbps - Upload 5 Mbps	22/2022	04/05/2025	R\$ 11.600,00	R\$ 139.200,00
Centro Judiciário de Santa Rosa do Purus	Download 30 Mbps - Upload 5 Mbps	127/2023	02/10/2024	R\$ 5.083,00	R\$ 60.996,00
Escola Nova Esperança - BR 317, km 55, Ramal Antônio Costa km 11, S/N PA Alcobrás, Zona Rural, CEP: 69931-000 - Capixaba - AC; Escola São Luiz Gonzaga - Rua Uáquiri, 650 BR 364 km 60, Centro, 69929-000 - Plácido de Castro; Aldeia Indígena, Poyanawa - Mâncio Lima; Aldeia Indígena, Katukina - Cruzeiro do Sul	Download 30 Mbps - Upload 5 Mbps	-	-	R\$ 5.800,00	R\$ 34.800,00
Total				R\$ 34.083,00	R\$ 304.596,00

- Conforme evidenciado, nota-se um grande volume de contratos com o mesmo objeto, variando apenas nas localidades atendidas, mas fornecendo o mesmo serviço. Tal redundância pode resultar em equívocos ao analisar contratos similares, levando a possíveis prejuízos administrativos por confusão ou duplicidade de serviços. Essa multiplicidade de contratos dificulta a gestão eficiente e a fiscalização adequada, exigindo uma abordagem unificada para garantir transparência e otimização dos recursos da Administração.
- Essa abordagem unificada, visa atender os demais locais e ainda unir os já existentes em um único contrato, é um dos objetivos presentes nesta contratação, uma vez que apresenta diversas vantagens significativas. Primeiramente, simplifica a gestão administrativa ao consolidar múltiplos contratos em um único, reduzindo a complexidade burocrática e facilitando o acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.
- Além disso, a unificação permite uma negociação mais eficiente em termos contratuais e condições financeiras, resultando em melhores acordos e economias de escala. Com um único contrato, há uma clareza maior nas responsabilidades das partes envolvidas, minimizando possíveis ambiguidades ou disputas.
- A integração também promove uma padronização nos serviços oferecidos, garantindo consistência e qualidade em todas as localidades atendidas. Possuindo ainda, maior flexibilidade para ajustes e modificações, simplificando o processo de adaptação às necessidades em constante mudança. Em suma, a unificação de contratos otimizará recursos, simplificará processos e promoverá uma gestão mais eficiente para este Poder Judiciário.

- Outro ponto a ser destacado, é o aumento de velocidade dos contratos atuais de banda de download mínima de 30 Mbps, para banda de download mínima de 200 Mbps. Essa melhoria contribui para uma conectividade aprimorada nas áreas abrangidas, facilitando assim o acesso aos serviços judiciários. Essa atualização reflete o compromisso em oferecer uma experiência de comunicação mais eficiente e satisfatória, promovendo, por consequência, uma melhor prestação dos Serviços da Justiça nas referidas localidades.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- Entre as tecnologias viáveis observadas que podem atender a esse objeto, a que mais se adequa é a comunicação via satélite. Tendo em vista que esse tipo de conexão é comumente encontrado em zonas rurais e locais de difícil acesso, onde o acesso à internet é limitado ou inexistente por meio de infraestrutura terrestre;
- A internet via satélite permite que locais isolados consigam conectividade global, e, dependendo do serviço escolhido, altas taxas de transferência de dados. A internet via satélite oferece grandes vantagens como disponibilidade e velocidade;
- Esse tipo de conexão apresenta os seguintes benefícios:
 - Ampla cobertura: a internet via satélite consegue atender países inteiros ou até mesmo continentes com um único satélite, permitindo levar conectividade para áreas onde não há presença de cabo ou fibra óptica;
 - Mobilidade: por abranger maior área de cobertura, é possível levar a antena e os equipamentos para outros locais e se manter conectado; e
 - Velocidade: a internet via satélite pode chegar a velocidades superiores a 200 Mbps, alcançando resultados melhores que no 3G, 4G e algumas conexões via rádio.
- Os satélites são geralmente classificados com base em sua altitude orbital, o que afeta diretamente sua cobertura e a velocidade com que viajam ao redor do planeta. Ao escolher o tipo de órbita, algumas características se diferenciam. Os três principais tipos de satélites baseados em suas órbitas são:
 - Órbita Terrestre Baixa - LEO;
 - Órbita Terrestre Média - MEO; e
 - Órbita Geoestacionária - GEO.
- Dentre os tipos mencionados, a que mais se adequa ao objeto, bem como ao objetivo esperado com esta aquisição, é a Órbita Terrestre Baixa. Esse tipo de satélites podem fornecer serviços de telecomunicação com menor latência em comparação com satélites em órbitas mais altas, como a geoestacionária, por exemplo. Além disso, a proximidade com a Terra facilita a manutenção e a substituição de satélites, se necessário.
- Devido à sua proximidade com a Terra, lançar satélites em LEO é relativamente mais fácil e econômico e além disso, a manutenção e o reparo de satélites em órbita baixa são mais viáveis devido à menor distância e menor custo de transporte.

- Além disso, são projetados com tecnologias mais recentes e eficientes em termos de largura de banda, incluindo antenas de matriz ativa, sistemas de processamento de sinal avançados e maior flexibilidade na alocação de recursos de comunicação, permitindo uma maior utilização da largura de banda disponível.
- Uma das principais vantagens dos satélites em Órbita Terrestre Baixa é a redução significativa na latência em comparação com os satélites geostacionários. Devido à sua proximidade com a Terra, os sinais de comunicação via satélite em LEO têm menos distância para percorrer, o que resulta em latências consideravelmente menores. Isso torna os serviços de internet via satélite em LEO mais adequados para aplicativos e serviços que exigem respostas rápidas.
- Outro fator que contribui para a diminuição da latência nessa tecnologia é a prática comum das operadoras de satélites de baixa órbita, em fazer agrupamento de satélites, que consistem em dezenas ou até mesmo centenas de satélites que operam de forma coordenada para prover conectividade. Os satélites LEO em constelação estabelecem comunicações entre si e com estações terrestres para manter a conectividade do usuário, enquanto se deslocam rapidamente pelo céu;
- Portanto, para atender as necessidades das localidades referidas as tecnologias LEO tendem a ser mais atraentes para aplicações que exigem baixa latência e alta capacidade de banda larga, além de possuírem um menor custo em geral, o que condiz com as atividades propostas por este Poder Judiciário. Por outro lado, as tecnologias geostacionárias são mais adequadas quando a cobertura global é uma prioridade e a alta latência não é um fator crítico, apesar de tenderem a possuir um maior custo em geral.
- Ter um link satelital com baixa latência, alta capacidade de banda larga e menor custo de aquisição, é crucial para o Tribunal de Justiça do Estado do Acre nas = localidades referidas por diversas razões, entre essas estão:
 - Acesso eficiente à justiça: Uma conexão de satélite com baixa latência e alta capacidade de banda larga permite o acesso rápido e confiável aos recursos judiciais, facilitando a realização de processos judiciais, comunicação entre partes e advogados, e acesso a sistemas de gestão processual;
 - Comunicação em tempo real: As comunicações podem ser realizadas em tempo real, garantindo uma interação eficaz entre os diversos órgãos judiciais, partes envolvidas e outros intervenientes do sistema de justiça;
 - Suporte à educação jurídica: Nas escolas mencionadas, como a Escola Estadual Indígena Estirão do Caucho e outras, uma conexão de alta capacidade possibilita o acesso a recursos educacionais online, promovendo a educação jurídica nessas comunidades e capacitando futuros profissionais do direito;
 - Redução de custos: A utilização de um link de satélite com menor custo geral pode representar economias significativas para o TJAC, permitindo o direcionamento de recursos para outras áreas prioritárias.
- Em resumo, é fundamental garantir o acesso eficiente à justiça, facilitar a comunicação e promover a educação jurídica, ao mesmo tempo em que otimiza os recursos disponíveis para este Poder Judiciário.

6. PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA

1	Serviço de acesso à Internet via satélite com banda média de 200 mbps
2	Serviço de locação de kits vsat para internet banda larga via satélite e Roteador para internet com mínimo 4 x portas ethernet, que suporte tráfego mínimo de 300 Mbps frequências 2,4 GHZ, incluindo funcionalidade sem fios (Wi-Fi)
3	Serviços de instalação de KITS VSAT e Roteadores para Internet do tipo Access Point

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Conforme descrito no DOD [H3132], a quantidade de pontos é de:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QUANTIDADE
1	Serviço de acesso à Internet via satélite com banda média de 200 Mbps	38
2	Serviço de locação de kits vsat para internet banda larga via satélite e Roteador para internet com mínimo 4 x portas ethernet, que suporte tráfego mínimo de 300 Mbps frequências 2,4 GHZ, incluindo funcionalidade sem fios (Wi-Fi)	38
3	Serviços de instalação de KITS VSAT e Roteadores para Internet do tipo Access Point	38

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram feitas pesquisas em portais institucionais, bem como ferramentas como Banco de Preços, Portal Nacional de Compras Públicas, ComprasNet e outras ferramentas da Web.

Dentre as pesquisas realizadas, foram identificadas as seguintes soluções:

- Contratação de empresa para realizar o fornecimento dos itens por intermédio de processo licitatório adequado;
- Busca e adesão a Ata de Registro de Preços dos itens que são necessários para solucionar a problemática aqui apresentada;
- Contratação de empresa para fornecimento de link de internet satelital para as unidades da TJAC.

Considerando que nos últimos meses, houve alta incidência de vandalismo nos backbones de fibra óptica dos atuais fornecedores de links de acesso a internet, foi fomentada a necessidade de contratação de links de redundância com transmissão satelital.

Considerando ainda esta necessidade, com objetivo sanar a problemática de redundância nas unidades do TJAC, na contratação e inicialização de processos de prestação de serviço de links de acesso à internet por meio de link satelital.

Considerando a busca de valor médio para a contratação do objeto, a GECON fez o levantamento por meio das ferramentas legais, todavia, devido à especificidade técnica e singularidade dos itens, a metodologia aplicada para mensurar o preço médio por ponto, com solução como um todo, ou seja, sem separação por item, conforme Mapa de Preços Médios [D3386], sintetizado abaixo:

Item	Descrição	Unidade	QTD	Preço Médio do Mapa	Valor Total Mapa
1	Serviço de Acesso à internet via satélite com banda média de 200Mbps, incluindo disponibilização e instalação de kit's VSAT e roteadores para internet do tipo Access Point.	Mês	1	R\$ 7.612,96	R\$ 7.612,96
TOTAL					R\$ 7.612,96

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base no levantamento de mercado, elaborado pela GECON [D3386], devendo ainda realizar novas pesquisas de preços complementares para serem realizadas. O valor levantado, tomando por base o quantitativo informado no DOD [H3132], foi de:

Item	Qtd	Descrição	Unidade	QTD aquisição	Preço Médio do Mapa	Valor Total Mapa
1	38	Serviço de Acesso à internet via satélite com banda média de 200Mbps, incluindo disponibilização e instalação de kit's VSAT e roteadores para internet do tipo Access Point.	Mês	12	R\$ 7.612,96	R\$ 3.471.509,76
TOTAL						R\$ 3.471.509,76

Logo, o valor estimado da contratação é de R\$ 3.471.509,76 (três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quinhentos e nove reais e setenta e seis centavos) para 12 (doze) meses.

9.2. MAPA DE PREÇOS

O mapa de preços foi elaborado pela GECON [D3386].

9.3. METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA DE PREÇOS

De acordo com a Instrução Normativa no 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa no 3, de 20 de abril de 2017, as quais dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a pesquisa de preços:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- i. - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldepesos.planejamento.gov.br>;
- ii. - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- iii. - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
- iv. - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

9.4 Tabela de Impacto e Probabilidade

IMPACTO		PROBABILIDADE	
ALTO	4	MUITO PROVÁVEL	3
MÉDIO	2	PROVÁVEL	2
BAIXO	1	POUCO PROVÁVEL	1

9.5. Tabela de Risco

		Risco		
Probabilidade	3	3 (médio)	6 (alto)	12 (alto)
	2	2 (baixo)	4 (médio)	8 (alto)
	1	1 (baixo)	2 (baixo)	4 (médio)
		1	2	4
		Impacto		

10. ANÁLISE DE RISCO

REFERENTE À FASE		
(x) Planejamento de Contratação e Seleção do fornecedor ()		
Execução contratual		
Risco 01	Definição do objeto da contratação sem o devido aprofundamento técnico nos Estudos Preliminares	Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> média	<input type="checkbox"/> alta
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> médio	<input checked="" type="checkbox"/> alto
Id.	Dano	
1	Contratação de solução aquém das necessidades do TJAC;	
2	Possível impugnação do processo licitatório;	
	Ação Preventiva	Responsável
1	Fazer análise de todas as possíveis soluções técnicas com possibilidade de atender a demanda do TJAC.	Fiscal / Integrante Técnico.
2	Fazer estudo com base em contratações similares e os requisitos de negócio do TJAC.	Equipe de Planejamento.
3	Definir objeto da contratação com o máximo de informações disponíveis, alinhado às necessidades da área demandante.	Equipe de Planejamento.
4	Embasar o estudo técnico da definição do objeto em manuais e consultoria de empresa especializada (Gartner).	Equipe de Planejamento.
	Ação de Contingência	Responsável
1	Rever análise técnica do objeto da contratação, considerando apontamentos de impugnações.	Fiscal / Integrante Técnico.
2	Em caso de solução insuficiente, iniciar processo de nova contratação.	Fiscal / Integrante Demandante.
3	Medidas administrativas cabíveis quanto à contratação já efetivada.	Fiscal / Integrante Administrativo.
REFERENTE À FASE		
(x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor ()		
Gestão do Contrato		

Risco 02		Impugnação em virtude de apontamento de marca.		Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade		(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto		() Baixo	() Média	(x) Alta
Id.	Dano			
1	Não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto, podendo afetar o pleno funcionamento dos serviços aqui elencados.			
Ação Preventiva			Responsável	
1	Realizar extensa pesquisa de mercado em busca das opções disponíveis, principalmente em virtude de se tratar de solução composta por serviços interdependentes.		Equipe de Planejamento.	
2	Utilizar consultoria especializada para fundamentação da escolha (Gartner).		Equipe de Planejamento.	
3	Justificar apontamento de marca com base em condições financeiras (investimento prévio na solução atual, além do impacto funcional à prestação dos serviços jurisdicionais em eventual troca de solução).		Equipe de Planejamento.	
Ação de Contingência			Responsável	
1	Alocar integralmente os servidores responsáveis e que confeccionaram o TR, para dar respostas e, conseqüentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório.		Fiscais / Integrantes Demandantes e Técnicos.	
REFERENTE À FASE				
(x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato				
Risco 03		Atraso ou suspensão do processo licitatório em face de impugnações.		Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade		(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto		() Baixo	() Média	(x) Alta
Id.	Dano			
1	Não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto, podendo afetar o pleno funcionamento dos serviços aqui elencados.			
Ação Preventiva			Responsável	

1	Elaborar o planejamento da contratação soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento.
2	Estabelecer contato prévio com o fabricante da solução de modo a alinhar os requisitos de negócio do TJAC com as especificações técnicas mais aderentes no mercado.	Equipe de Planejamento.
3	Justificar indicação de marca da solução, com todo embasamento técnico e econômico do projeto de contratação.	Fiscal / Integrante Técnico.
Ação de Contingência		Responsável
1	Alocar integralmente os servidores responsáveis e que elaboraram o planejamento da contratação, para dar respostas e, conseqüentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Fiscais / Integrantes Demandantes e Técnicos.
REFERENTE À FASE		
(x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato		
Risco 04	Orçamento da contratação mal estimado	Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade	(x) Baixo () Média	() Alta
Impacto	() Baixo () Média	(x) Alta
Id.	Dano	
1	Encerrar a licitação com valores inexequíveis, impedindo a adjudicação do processo.	
2	Licitação Deserta.	
3	Contratação de solução com valores acima do mercado / Sofrer sanções por parte de órgãos fiscalizadores.	
Ação Preventiva		Responsável
1	Realizar pesquisa de preço envolvendo todos os participantes de mercado.	Equipe de Planejamento.
2	Utilizar ferramentas de pesquisa de preço público (painel de preços).	Equipe de Planejamento.
3	Especificar o objeto na pesquisa de preço de forma	Equipe de Planejamento.

	adequada, conforme especificação da solução pretendida na contratação.		
	Ação de Contingência	Responsável	
1	Em caso de suspensão por preço inexequível, realizar pesquisa de preço adequada, para nova publicação de edital.	Equipe de Planejamento	
2	Em caso de valores acima do mercado, negociar com a empresa.	Pregoeiro	
REFERENTE À FASE			
(x) Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato			
Risco 05	Redução ou corte no orçamento.		Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Média	(x) Alta
Id.	Dano		
1	Exposição dos ativos computacionais aos riscos de segurança de informação, afetando diretamente a prestação de serviços por falta de atualização e suporte técnico da solução.		
2	O volume orçamentário sofrer redução e a contratação ser executada num patamar financeiro inferior ao necessário para atender todas as demandas do TJAC ou, na pior das hipóteses, não ocorrer a contratação.		
	Ação Preventiva	Responsável	
1	Negociação do Comitê Gestor de TIC com a Presidência no tocante a defesa da aprovação integral do orçamento proposto pela CTI para a nova contratação.	Equipe de Planejamento e Comitê Gestor de TIC.	
	Ação de Contingência	Responsável	
1	Priorização da demanda junto aos gestores das áreas de negócio, para tentar intermediar a não redução.	Fiscais / Integrantes Demandantes e Técnicos.	
2	Necessidade de replanejamento da contratação e sua respectiva readequação	Fiscais / Integrantes Demandantes e	

	frente ao serviço que não será contratado.	Técnicos e Comitê Gestor de TIC.	
REFERENTE À FASE			
() Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato			
Risco 06	Contratada ficar impossibilitada de prestar os serviços contratados devido a não manutenção das condições habilitatórias.		Grau do risco (MÉDIO)
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id.	Dano		
1	Os serviços elencados neste projeto ficarem sem atualizações e suporte técnico.		
2	Alto risco de sistemas críticos do TJAC cessarem funcionamento, em caso de intrusões não defendidas.		
	Ação Preventiva		Responsável
1	Estudo de mercado quanto à qualificação da empresa a ser contratada.		Equipe de Planejamento
2	Exigir documentação fiscal e econômica que respalde a saúde financeira da empresa a ser contratada.		Equipe de Planejamento.
	Ação de Contingência		Responsável
1	Sugerir aplicação de todas as sanções previstas em contrato.		Fiscal / Integrante Técnico.
2	Iniciar processo de contratação emergencial para contratação de nova empresa para prestação dos serviços.		Fiscal / Integrante Demandante.
REFERENTE À FASE			
() Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato			
Risco 07	Necessidade de ajustes no quantitativo de licenças durante a vigência do contrato.		Grau do risco (BAIXO)
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

	Baixa		
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1	Capacidade de atendimento às demandas impactando, afetando qualidade do serviço prestado.		
	Ação Preventiva	Responsável	
1	Avaliação criteriosa no quantitativo da demanda apresentada, com base na previsão de acréscimo ou decréscimo de pessoal, infraestrutura ou aplicações de TIC.	Equipe de Planejamento	
	Ação de Contingência	Responsável	
1	Aditivo contratual limitado a 25%, conforme art. 65 § 1º da Lei 8.666/93, para os itens que permitam tal procedimento.	Fiscal / Integrante Técnico.	
2	Priorizar utilização de licenças na missão crítica, de modo a minimizar o impacto, até que se realize nova contratação.	Fiscal / Integrante Técnico.	
3	Iniciar estudos para nova contratação.	Fiscais / Integrantes Demandantes e Técnicos	
REFERENTE À FASE			
() Planejamento de Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato			
Risco 08	Serviço de suporte técnico não satisfatório com relação ao Nível Mínimo de Serviço estabelecido.	Grau do risco (MÉDIO)	
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1	Degradação da qualidade dos serviços de suporte de antivírus por falta de suporte técnico adequado.		
	Ação Preventiva	Responsável	
1	Estipular cláusulas de acordo de nível mínimo de serviço	Equipe de	

	com respectivas glosas, no caso de descumprimento.	Planejamento.
2	Exigência de qualificação técnica dos profissionais através de certificação junto à fabricante e demais emissores responsáveis.	Equipe de Planejamento
3	Não permitir o fechamento de chamados sem a verificação de que o atendimento foi devidamente realizado.	Integrante técnico.
	Ação de Contingência	Responsável
1	Conferência mensal dos serviços que estão sendo prestados, e, em caso de descumprimento, encaminhar o envio da ocorrência à contratada, permitindo as respectivas justificativas e correções.	Fiscal / Integrante técnico.
2	Aplicar os descontos definidos no nível mínimo de serviço.	Fiscal / Integrante técnico.
3	Sugerir aplicação de sanções e penalidades previstas no contrato.	Fiscal / Integrante técnico.
4	Verificar o interesse e conveniência na rescisão contratual.	Equipe de Planejamento/ Área Demandante.

11. ADERÊNCIA DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO

REQUISITOS	SIM	NÃO	NÃO APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?		X	
A Solução é um software livre ou software público?		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e- PING, e-MAG?			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?			X

REQUISITOS	SIM	NÃO	NÃO APLICA
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)?			X

12. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS/AQUISIÇÃO

Os procedimentos de aquisição e planejamento elaborados serão executados conforme o disposto na legislação e normativas que regem o processo licitatório e as regras de elaboração da fundamentação da demanda e da documentação técnica.

A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e nos Decretos Estaduais nº 5.965, nº 5.967 e nº 5.972, de 30 de dezembro de 2010.

Resolução nº 370, de 28 de janeiro de 2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Resolução nº 396, de 7 de junho de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Bem como o conjunto de diretrizes contempladas pelo Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ), sendo funções básicas deste, identificar, proteger, detectar, responder e recuperar. Tal protocolo, contempla um conjunto de princípios críticos que assegurem a construção de sistema de segurança cibernética eficaz.

Além de está alinhado ao Planejamento Estratégico de TI (PETIC), estando inserido no Plano de Continuidade de Serviços de TI.

O presente projeto faz parte do conjunto de ações de TI que serão desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DITEC e está previsto no Plano de Aquisições e Contratações de TI.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Proporcionar acesso de forma mais rápida à internet nas áreas remotas e de difícil acesso mencionadas no DOD [H3132], onde a infraestrutura de comunicação terrestre é limitada, bem como, nas unidades administrativas deste TJ;

Facilitar o acesso dos alunos e professores das escolas mencionadas (Escola Estadual Indígena Estirão do Caucho, Escola Nova Esperança, Escola São Luiz Gonzaga) à informação e recursos educacionais disponíveis na internet, promovendo assim a qualidade da educação nessas comunidades.

Promover a inclusão digital em comunidades indígenas (Aldeia Estirão do Caucho, Aldeia Indígena Poyanawa, Aldeia Indígena Katukina), permitindo que essas populações tenham acesso aos benefícios da era digital, como informações, oportunidades de emprego e serviços públicos online.

Facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos oferecidos nos Centros Integrados de Cidadania em Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e demais unidades administrativas com redundância, melhorando assim a eficiência e a qualidade desses serviços.

Prover acesso dedicado à internet por satélite para unidades móveis, como o Projeto Cidadão em Cruzeiro do Sul e Rio Branco, ampliando o alcance desses projetos e permitindo que mais pessoas se beneficiem dos serviços oferecidos.

Esses resultados visam não apenas melhorar a conectividade nessas regiões, mas também promover o desenvolvimento socioeconômico, educacional e prestação dos serviços jurisdicionais nas comunidades atendidas.

A instalação de internet via satélite também permitirá a realização de audiências online, eliminando a necessidade de deslocamento de juízes para localidades remotas. Além disso, a conexão via satélite garantirá redundância nos links das comarcas, especialmente durante a época de queimadas, quando os links de fibra óptica costumam ficar indisponíveis. Isso assegura a continuidade dos serviços judiciais, evitando interrupções nos processos e garantindo o acesso à justiça de maneira eficiente e estável, mesmo em situações de adversidade.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A consolidação dos diferentes itens em um único contrato visa garantir a uniformidade na contratação, uma vez que todos os elementos do escopo compartilham a mesma natureza técnica. Essa abordagem visa otimizar tanto os recursos humanos quanto os financeiros, facilitando a gestão contratual e evitando a ineficiência decorrente da supervisão de múltiplos fornecedores.

Assim, consideramos os itens como interligados e complementares para a construção de uma solução tecnológica alinhada às necessidades deste Tribunal de Justiça. Portanto, a contratação por meio de adesão de ata de registro de preços, por uma única empresa, visa assegurar uma entrega integral. Isso reduz o risco de fornecimento parcial da solução ou a divisão de responsabilidades entre diferentes fornecedores, o que poderia comprometer o funcionamento adequado ao longo do contrato. Diante disso, justifica-se o não parcelamento da solução.

15. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

16. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome	Cargo	Setor
Elson Correia de Oliveira Neto	Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	DITEC
Amilar Sales Alves	Gerente de Segurança	GESEG

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar, nos registros dos contratos anteriores, bem como, na necessidade contratação de links de redundância e atendimento às unidades remotas, os PIDs, que

incluem a prevenção de ameaças de interrupção dos serviços de comunicação deste Poder Judiciário, conclui-se que a prestação do serviço pretendido no OBJETO é viável e estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **AMILAR SALES ALVES, Gerente de Segurança da Informação** em 17/09/2024 às 08:35:26.



Documento assinado eletronicamente por **ELSON CORREIA DE OLIVEIRA NETO, Diretor(a) da DITEC** em 17/09/2024 às 08:33:35.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **K154.PC5K.7RAC.MX0D**